

Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2014**



Advogado

Tarde

Organizadora:



CARGO: ADVOGADO

Texto para responder às questões de **01** a **05**.

Estudos mostram que as emissões de dióxido de carbono cresceram como nunca no último ano

Enviado por Luana Copini em seg, 22/09/2014 – 10:23

Por Associated Press, de Seth Borenstein.

Liderados principalmente por China, Estados Unidos e Índia, o mundo lançou mais poluentes de carbono na atmosfera no ano passado do que em toda a história, anunciaram cientistas às vésperas da Cúpula do Clima, que acontece em *Nova York* nesta semana.

A atividade humana em todo o mundo foi responsável por lançar uma quantidade estimada em 39,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono no ar no ano passado como resultado da queima de carvão, petróleo e gás, 778 milhões de toneladas a mais do que ano anterior, o que representa um acréscimo de 2,3% em 2013 em relação a 2012.

“Estamos na direção errada”, disse *Glen Peters*, um cientista norueguês que integra o Projeto Global de Carbono, um grupo internacional de especialistas que calcula as emissões globais de dióxido de carbono anualmente.

Os resultados foram publicados neste domingo em três artigos nas revistas científicas *Nature Geoscience* e *Nature Climate Change*. O grupo de especialistas calcula que as emissões de dióxido de carbono, o principal gás produzido pela atividade humana responsável pelo aquecimento da atmosfera, estejam crescendo a uma média de 2,5% ao ano.

Os cientistas preveem que essas emissões continuarão a aumentar e acreditam que o planeta em 30 anos ficará 1,1 grau Celsius mais quente do que atualmente. Em 2009, líderes mundiais se comprometeram a atuar para reverter essa tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta.

“O tempo está acabando”, disse *Pierre Friedlingstein*, da Universidade de *Exeter*, na Inglaterra, um dos autores do estudo. “Quanto mais deixarmos de agir, tão mais provável que atingiremos esse marco em 2040 aproximadamente”, afirmou.

Chris Field, um ecologista da *Carnegie Institution* que chefia o painel da ONU sobre aquecimento global, qualificou os estudos como “uma imagem dramática e sombria dos passos que precisamos tomar para enfrentar o desafio da mudança climática”.

(Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: setembro de 2014. Adaptado.)

01

De acordo com as informações trazidas ao texto, assinale a alternativa correta.

- A) O lançamento de poluentes de carbono na atmosfera tem um crescimento proporcional e equivalente ano após ano.
- B) Mediante estudos científicos, há controvérsias sobre o assunto emissão de dióxido de carbono na atmosfera e seus efeitos.
- C) A atividade humana é responsável pelas consequências negativas que o lançamento de dióxido de carbono produz na atmosfera.
- D) De acordo com os cientistas, há previsões de que o aumento da temperatura global afetará grande parte da população mundial.
- E) Países como China, Estados Unidos e Índia são apontados como grandes responsáveis pela poluição da atmosfera, de acordo com o relatório apresentado na Cúpula do Clima.

02

Assinale, a seguir, a paráfrase que mantém a correção gramatical e os sentidos originais do trecho “Em 2009, líderes mundiais se comprometeram a atuar para reverter essa tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta” (5º§).

- A) Líderes mundiais comprometem-se a atuar para, em 2009, reverter a tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta.
- B) Em 2009, estes se comprometeram a atuar para reverter essa predisposição de aquecimento da atmosfera e do planeta.
- C) O comprometimento de líderes mundiais a reverter tal tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta foi firmado em 2009.
- D) A partir de 2009, líderes mundiais se comprometeram a atuar para revidar essa tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta.
- E) No ano de 2009, dirigentes mundiais firmaram o compromisso de atuar para reverter essa tendência de aquecimento da atmosfera e do planeta.

03

Acerca das relações sintáticas estabelecidas no interior das orações, assinale a afirmativa correta.

- A) Em “*Estamos na direção errada*” (3º§), o sujeito está explicitado através da desinência verbal.
- B) Em “[...] *o mundo lançou mais poluentes [...]*” (1º§) é correto afirmar que o termo “*mais*” intensifica a ação verbal.
- C) Em “*A atividade humana em todo o mundo foi responsável [...]*” (2º§), o sujeito paciente é indicado através da forma verbal apresentada.
- D) Em “[...] *anunciaram cientistas às vésperas da Cúpula do Clima, [...]*” (1º§), à forma verbal é acrescentada uma circunstância referencial.
- E) Em “[...] *estejam crescendo a uma média de 2,5% ao ano.*” (4º§), a locução verbal está diretamente ligada ao sujeito “*as emissões de dióxido de carbono*”.

04

Considerando que as frases são organizadas segundo princípios gerais de dependência e independência semântica e sintática, assinale a justificativa para o emprego das vírgulas no trecho “*O grupo de especialistas calcula que as emissões de dióxido de carbono, o principal gás produzido pela atividade humana responsável pelo aquecimento da atmosfera, estejam crescendo [...]*” (4º§).

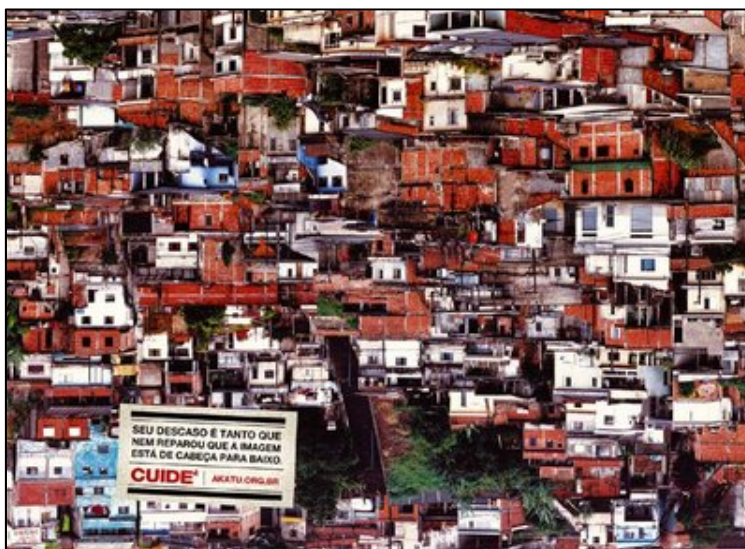
- A) Separar uma aposição.
- B) Separar termos coordenados.
- C) Separar orações coordenadas.
- D) Separar oração adjetiva restritiva.
- E) Separar oração adjetiva de valor explicativo.

05

As palavras de *Chris Field*: “*uma imagem dramática e sombria dos passos que precisamos tomar para enfrentar o desafio da mudança climática*”, no último parágrafo do texto, denotam o emprego de uma linguagem

- A) irônica.
- B) ambígua.
- C) coloquial.
- D) metafórica.
- E) jornalística.

06



Texto da placa: “Seu descaso é tanto que nem reparou que a imagem está de cabeça para baixo.”

Anúncio “Favela” – Produzido pela Leo Burnett – desenvolvido para Instituto Akatu – 2004.

(Disponível em: <http://www.akatu.org.br>. Acesso em: setembro de 2014.)

O anúncio tem como principal objetivo

- A) alertar para uma questão social.
- B) discutir o processo de ocupação da favela.
- C) orientar acerca das ocupações em comunidades.
- D) apresentar aspectos sociais e econômicos do século XXI.
- E) persuadir entidades específicas sobre a questão da moradia.

07

RIO – Se o aspecto visual impressiona, a ausência de fiscalização preocupa. O processo crescente de verticalização das áreas de favela no Rio, com edifícios que nem de longe lembram as antigas casas nas comunidades, reacendeu o debate sobre a questão habitacional e urbanística na cidade. Especialistas consideram um risco para os moradores e um prejuízo para o município a proliferação de edifícios sem acompanhamento técnico e legal do poder público.

(O Globo, 21/07/2014.)

A ideia estabelecida no primeiro período do texto é marcada por

- A) oposição de ideias. D) exposição de conceitos fragmentados.
B) exagero na descrição. E) comparação entre elementos distintos.
C) suavização de uma ideia.

LEGISLAÇÃO

08

Em relação à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Empresa Pública integrante do Complexo Administrativo do Distrito Federal, nos termos do Estatuto Social, analise.

- I. Exerce a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, por intermédio da proposição, da operacionalização e da implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social de interesse do Distrito Federal.
II. Para consecução de seus objetivos, poderá promover desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados pela União, Distrito Federal ou Estado de Goiás.
III. Poderá estabelecer parcerias público-privadas (PPP), constituindo sociedade anônima para a promoção de operações urbanas consorciadas para implantação e desenvolvimento de empreendimentos considerados estratégicos pelo Governo do Distrito Federal.
IV. Constitui-se por prazo indeterminado, sendo o Distrito Federal responsável pela integralização de 49% do capital social inicial e a União por 51%.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II. B) I e III. C) II e IV. D) III e IV. E) I, II e III.

09

Quanto ao Conselho de Administração da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, nos termos do Estatuto Social, analise.

- I. O Presidente da TERRACAP comporá, obrigatoriamente, o Conselho de Administração, na condição de Conselheiro do Distrito Federal.
II. O Conselho de Administração deverá contar, no mínimo, com uma pessoa com formação superior e experiência comprovada em Ciências Jurídicas e/ou em Economia.
III. Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 4 reuniões, ordinárias ou extraordinárias, consecutivas ou 8 alternadas sem motivo justificado.
IV. Para funcionamento do Conselho de Administração é exigido o quórum mínimo de 5 membros, e suas decisões serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II. B) I e III. C) II e IV. D) III e IV. E) I, II e III.

10

Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, sobre os fundamentos e organização dos Poderes e do Distrito Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Um dos valores fundamentais do Distrito Federal é a preservação do princípio da igualdade racial e social.
B) O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.
C) É assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.
D) Um dos objetivos prioritários do Distrito Federal é garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
E) A soberania popular será exercida pelo sufrágio censitário e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

11

Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, é competência privativa do Distrito Federal:

- A) Conservar o patrimônio público.
- B) Organizar e prestar os serviços de interesse local.
- C) Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- D) Legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.
- E) Combater as causas da pobreza, a subnutrição e os fatores de marginalização.

12

Configura crime de responsabilidade do Governador do Distrito Federal atentar contra a Constituição. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, NÃO se inclui no rol expresso de atos que configuram crime de responsabilidade atentar contra:

- A) O meio ambiente.
- B) A lei orçamentária.
- C) A segurança interna do País.
- D) A probidade na administração.
- E) O cumprimento das decisões judiciais.

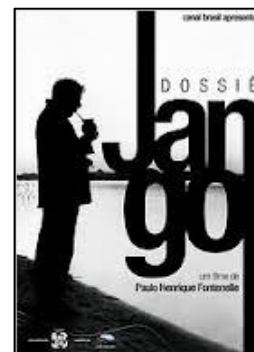
CONHECIMENTOS GERAIS

13

O texto a seguir é uma sinopse do documentário brasileiro *Dossiê Jango* (2013), de Paulo Henrique Fontenelle, que contextualiza o tema tratado nesta questão.

“João Goulart havia sido eleito democraticamente presidente do Brasil, mas foi expulso do cargo após o golpe de Estado de 1 de abril de 1964. Depois disso, Jango viveu exilado na Argentina, onde morreu em 1976. As circunstâncias de sua morte no país vizinho não foram bem explicadas até hoje. Seu corpo foi enterrado imediatamente após a sua morte, aumentando as suspeitas de assassinato premeditado. Este documentário traz o assunto de volta à tona e tenta esclarecer publicamente alguns fatos obscuros da história do Brasil.”

(Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-213511/>.)



O documentário relembra um período em que o Brasil mergulhou num regime de exceção iniciado em 1964, muito em destaque atualmente devido ao cinquentenário da deposição do presidente João Goulart por um movimento liderado pelas Forças Armadas. Este período, denominado Ditadura Militar, efetuou-se sob o pretexto de combate à ameaça comunista, à corrupção e à crise político-econômica do país que, na época, possuía inflação muito elevada. Em sua implantação apresentou as seguintes mudanças:

- I. O caráter vitalício dos cargos dos magistrados foi suspenso e os funcionários públicos perderam a estabilidade.
- II. Mandatos parlamentares foram cassados, assim como a imunidade e os direitos políticos destes legisladores.
- III. A inflação foi zerada com um novo plano econômico que trouxe estabilidade à economia e crescimento ao país.

É INCORRETO o que se afirma completamente em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) I, II e III.

14

O texto a seguir contextualiza o tema tratado nesta questão.

Os conflitos na Ucrânia que ocupam os noticiários recentemente são o resultado de uma divisão interna histórica no país acirrada pelo abandono de um acordo de associação à União Europeia (UE) e de manutenção das tradicionais relações com a Rússia. A desistência do governo em se aliar à UE levou milhares de pessoas às ruas. As manifestações foram reprimidas pelo Estado com violência e o número de mortos aumenta a cada dia.

(Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-02/lilian-entenda-crise-na-ucrania>.)

Durante os conflitos uma região da Ucrânia, através de um referendo, solicitou anexação à Rússia, fato não reconhecido pela Ucrânia e muitos outros países ocidentais, mas acatado pela Rússia. Trata-se da(e)

- A) Abecásia.
- B) Crimeia.
- C) Kosovo.
- D) Chechênia.
- E) Ossétia do Sul.

15

“A _____ é uma área que corresponde a quase 60% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do _____ (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km².” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Floresta Amazônica / Ceará
B) região Norte / Pernambuco
C) Amazônia Legal / Maranhão

- D) Bacia do Rio Amazonas / Goiás
E) Panamazônica / Mato Grosso do Sul

16

Observe atentamente a fotografia.



(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014>.)

Em pleno período eleitoral, quando os dois governantes da fotografia anterior protagonizavam posições partidárias contrárias, a cidade de São Paulo foi tomada em seus pontos de ônibus por esta propaganda que gerou bastante polêmica e irritou as campanhas do PSDB e do PT. Ambas ameaçaram ações na Justiça Eleitoral, já que a peça simulava uma propaganda oficial com o uso de símbolos dos governos federal e do estado de São Paulo e a legislação veda a imagem de governantes em propagandas. Sobre este fato, que gerou certo tumulto nas primeiras semanas do período eleitoral de 2014 no Brasil, analise.

- I. O Movimento Passe Livre contou com o apoio dos *Black Blocs* para a distribuição da propaganda por toda São Paulo.
- II. A ONG ambientalista *Greenpeace* assumiu a autoria da ação em nota em seu *site* em que disse se tratar de uma provocação.
- III. Sem identificação dos autores, a Justiça Eleitoral acionou a Polícia Federal que prendeu militantes da campanha do PMDB ao governo do estado.
- IV. Segundo idealizadores, o objetivo era pressionar os candidatos a assumir um verdadeiro compromisso com a melhoria do transporte público e a mobilidade urbana, não ficando somente nas promessas eleitorais.

As afirmativas corretas referentes à fotografia apresentada na questão são apenas

- A) I e II. B) I e III. C) I e IV. D) II e IV. E) III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO

17

Três dados iguais serão lançados simultaneamente. A probabilidade de que as faces obtidas sejam todas diferentes é igual a

- A) 3/7. B) 5/14. C) 6/13. D) 7/18. E) 8/19.

18

Numa planta em que a escala é 1:80 está representado um móvel cujo comprimento no desenho é de 2 cm. É correto afirmar que o comprimento real desse móvel é de

- A) 0,4 m. B) 0,6 m. C) 1,6 m. D) 1,8 m. E) 1,9 m.

19

Seja a sequência $(2x + 1; x^2 - 3; 4x + 1; \dots)$ uma progressão aritmética crescente. O vigésimo termo dessa sequência é

- A) 62. B) 70. C) 79. D) 85. E) 93.

20

Um rolo de fita adesiva foi consumido totalmente num período de 5 dias da seguinte forma:

- 1º dia: metade do rolo;
- 2º dia: um quinto do restante;
- 3º dia: 4 metros;
- 4º dia: três quartos do restante; e,
- 5º dia: 3 metros.

Se no 5º dia ainda restava 1 m de fita adesiva, então o comprimento total desse rolo é

- A) 45 m. B) 50 m. C) 55 m. D) 60 m. E) 65 m.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

O processo informal de mudança da Constituição, que consiste em alterações no significado e no sentido interpretativo do texto constitucional, permanecendo o referido texto inalterado, recebe o nome de

- A) revisão constitucional. D) mutação constitucional.
B) reforma constitucional. E) desconstitucionalização.
C) emenda constitucional.

22

Sobre as diversas espécies de classificação das Constituições, relacione adequadamente as colunas.

1. Constituição promulgada.
 2. Constituição dogmática.
 3. Constituição dirigente.
 4. Constituição costumeira ou não escrita.
 5. Constituição rígida.
- () É aquela que não traz as regras em um único texto solene e codificado.
() Apresenta-se como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
() Só poderão ser alteradas por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o existente para a edição das demais espécies normativas.
() É aquela que estabelece um projeto de Estado.
() É aquela fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4, 5. B) 5, 4, 3, 2, 1. C) 4, 2, 5, 3, 1. D) 2, 4, 5, 1, 3. E) 3, 5, 2, 1, 4.

23

Sobre o controle concentrado de constitucionalidade, através da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), marque a alternativa INCORRETA.

- A) As emendas constitucionais podem ser objeto de ADI.
- B) Os enunciados de súmulas de jurisprudência dos tribunais não podem ser objeto de ADI.
- C) Não cabe ADI para questionar a constitucionalidade de ato normativo anterior à Constituição.
- D) O Supremo Tribunal Federal admite o ajuizamento de ADI para atacar lei ou ato normativo revogado ou de eficácia exaurida.
- E) Abstraindo-se o decreto autônomo da discussão, pode-se afirmar que os regulamentos ou decretos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo não podem ser objeto de ADI.

24

O poder de polícia é normalmente conceituado pela doutrina administrativista como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade (In CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 73.). Nesta linha de ideias, NÃO se pode afirmar sobre o poder de polícia:

- A) De regra, admite-se a delegação do poder de polícia.
- B) O princípio da proporcionalidade é um limite ao poder de polícia.
- C) Coercibilidade é uma característica, o que o torna obrigatório, independentemente da vontade do administrado.
- D) Discricionariedade é uma característica, podendo também ser vinculado, quando todos os elementos da atuação estatal estiverem previstos na lei.
- E) Autoexecutoriedade é uma característica, o que significa que a Administração pode promover a execução por si mesma, independentemente de manifestação judicial.

25

De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é inexigível a licitação:

- A) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- B) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica (ICT) ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- D) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.
- E) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

26

Sobre o tema desapropriação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É possível a desapropriação de bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos.
- B) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificaram ou não os casos de utilidade pública.
- C) As margens dos rios navegáveis são de domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.
- D) O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação.
- E) Somente os juízes que tiverem garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos poderão conhecer dos processos de desapropriação.

27

A política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal, em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantido o bem-estar de seus habitantes, e compreende o conjunto de medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida, ocupação ordenada do território, uso dos bens e distribuição adequada de serviços e equipamentos públicos por parte da população. São princípios norteadores da política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal, EXCETO:

- A) A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
- B) A prevalência do interesse coletivo sobre o individual e do interesse público sobre o privado.
- C) A fixação do homem ao campo, valorizando o trabalho como instrumento de promoção social.
- D) O incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, com apoio a suas iniciativas, na forma da lei.
- E) O acesso de todos a condições adequadas de moradia, saneamento básico, transporte, saúde, segurança pública, educação, cultura e lazer.

28

Sobre os instrumentos da política urbana previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.
- B) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
- C) O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, mas não o subsolo.
- D) Decorridos 5 anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- E) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização de compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

29

Sobre as infrações e penalidades previstas na Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998 – Código de Edificações do Distrito Federal –, analise as afirmativas.

- I. A advertência será aplicada pelo responsável pela fiscalização por meio de notificação ao proprietário, que será instado a regularizar sua obra no prazo determinado.
- II. O descumprimento do embargo ou da interdição torna o infrator incurso em multa cumulativa, calculada em dobro sobre a multa originária.
- III. A multa será reduzida em até 50% de seu valor, caso o infrator comprometa-se, mediante acordo escrito, a tomar as medidas necessárias para sanar as irregularidades em prazo de até 30 dias.
- IV. Será embargada imediatamente a obra quando a irregularidade identificada não permitir a alteração do projeto arquitetônico para adequação à legislação vigente e a consequente regularização da obra.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I e II, apenas. C) I e IV, apenas. D) II e III, apenas. E) III e IV, apenas.

30

Sobre o tratamento que a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal – dá ao tema Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- B) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- C) Será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.
- D) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- E) É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

31

O Superior Tribunal de Justiça admite a inversão do ônus da prova nas ações civis públicas ambientais, fundamentando as decisões num dos princípios do Direito Ambiental:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS. ADIANTAMENTO DE DESPESAS PERICIAIS. ART. 18 DA LEI 7.347/1985. ENCARGO DEVIDO À FAZENDA PÚBLICA. DISPOSITIVOS DO CPC. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO

_____. (...) 3. Em ação ambiental, impõe-se a inversão do ônus da prova, cabendo ao empreendedor, no caso concreto o próprio Estado, responder pelo potencial perigo que causa ao meio ambiente, em respeito ao princípio _____. Precedentes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1237893/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 01/10/2013.)

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas com o princípio que fundamenta a inversão do ônus da prova em tais situações.

- A) da precaução
- B) do poluidor-pagador
- C) do desenvolvimento sustentável
- D) da função socioambiental da propriedade
- E) do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana

32

Sobre o tratamento que o Código Civil dá aos temas personalidade e capacidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os pródigos são considerados relativamente incapazes.
- B) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo casamento.
- C) Toda pessoa é capaz de direitos e obrigações na ordem civil.
- D) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- E) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

33

É nulo o negócio jurídico

- A) praticado em situação de coação.
- B) praticado em fraude contra credores.
- C) por dolo, quando este for a sua causa.
- D) quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial.
- E) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

34

Atualmente, o registro *Torrens* é regulamentado pela Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e restringe-se a

- A) imóveis rurais.
- B) imóveis urbanos.
- C) títulos de créditos.
- D) imóveis urbanos e rurais.
- E) nenhum tipo de imóvel, posto que o instituto encontra-se tacitamente revogado.

35

“De acordo com a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, o registro de hipoteca convencional valerá pelo prazo de _____ anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 10
- B) 20
- C) 30
- D) 40
- E) 50

36

No registro de imóveis será feita a averbação da(s)

- A) anticrese.
- B) servidões em geral.
- C) cédulas hipotecárias.
- D) convenções antenupciais.
- E) instituição de bem de família.

37

A doutrina normalmente conceitua a competência como a medida e o limite da jurisdição. Além disso, ela também classifica a competência em absoluta e competência relativa. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa.
- B) A incompetência relativa sempre pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- C) A regra é que determina-se a competência no momento em que a ação é proposta.
- D) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- E) Reconhecida a incompetência absoluta, reputam-se nulos os atos decisórios já praticados.

38

No Direito Processual Civil, haverá resolução de mérito quando

- A) o juiz indeferir a petição inicial.
- B) ocorrer confusão entre autor e réu.
- C) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- D) o juiz extinguir o processo pela existência de convenção de arbitragem.
- E) o juiz extinguir o processo por não concorrerem quaisquer das condições da ação.

39

“Ao tratar do procedimento sumário, estabelece o Código de Processo Civil que o juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de _____ dias, citando-se o réu com antecedência mínima de _____ dias. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 20 / 10 / triplo B) 30 / 10 / dobro C) 30 / 15 / dobro D) 40 / 20 / triplo E) 60 / 20 / dobro

40

Sobre competência tributária e interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- B) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- C) O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição tenha atribuído.
- D) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
- E) Os princípios gerais de direito público utilizam-se para pesquisa da definição, conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos, formas e para a definição dos respectivos efeitos tributários.

41

Segundo expressa redação do Código Tributário Nacional, NÃO são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

- A) As resoluções do Senado Federal.
- B) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- C) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- D) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- E) As decisões dos órgãos singulares ou colegiados de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

42

Sobre obrigação tributária, analise as afirmativas.

- I. A obrigação tributária é principal ou acessória. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- II. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- III. A solidariedade prevista no Código Tributário Nacional não comporta benefício de ordem.
- IV. A definição do fato gerador é interpretada, levando-se em consideração a validade jurídica dos atos praticados pelos contribuintes, bem como a natureza do seu objeto e seus efeitos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II. B) I e III. C) II e III. D) II e IV. E) III e IV.

43

Acerca da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, analise.

- I. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- II. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é permitida contribuição que consista em prestação de serviços.
- III. O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- IV. Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 5 anos da data do registro da sociedade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) IV, apenas. B) I, II, III e IV. C) I e II, apenas. D) II e III, apenas. E) I, III e IV, apenas.

44

A Sociedade Empresária HD Prestadora de Serviços Ltda. teve sua falência decretada. Apurou-se, no entanto, que, 11 meses antes da decretação da falência, ela doou um veículo para uma instituição de caridade. Sobre a doação é correto afirmar que é

- A) ineficaz em relação à massa falida.
- B) plenamente válida, pois o ato foi praticado antes da decretação da falência.
- C) nula de pleno direito, por ter sido praticado dentro do prazo de um ano antes da quebra.
- D) plenamente válida, pois se trata de doação à instituição de caridade e não a sócios da sociedade empresária.
- E) anulável, mediante iniciativa do administrador judicial da massa falida, pelo fato do ato ter sido praticado dentro do prazo de dois anos antes da quebra.

45

Em relação à duração do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A hora do trabalho noturno será computada como de 50 minutos.
- B) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais.
- C) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- D) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna.
- E) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

46

Sobre o contrato de trabalho, analise as afirmativas.

- I. O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
- II. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- III. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 1 ano.
- IV. O contrato de experiência não poderá exceder de 60 dias.
- V. O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; ou, de contrato de experiência.

Estão INCORRETAS apenas as afirmativas

- A) II e III. B) III e IV. C) I, II e V. D) I, III e V. E) II, IV e V.

47

“Contra decisões definitivas das Varas e Juízos do Trabalho, cabe recurso ordinário para instância superior no prazo de _____ dias.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 5 B) 8 C) 10 D) 12 E) 15

48
Sobre as provas no Direito Processual do Trabalho, marque a alternativa INCORRETA.

- A) A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.
- B) É facultado a cada uma das partes apresentar um perito ou técnico.
- C) O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- D) Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.
- E) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação e, em caso de não comparecimento, ficam sujeitas à condução coercitiva.

49
Com base na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- B) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- D) A aplicação das sanções previstas na referida lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
- E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções de multa e ressarcimento ao erário podem ser propostas até 5 anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

50
O art. 38 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre crimes ambientais, traz o seguinte tipo penal: “Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção”. Sobre o crime em análise, assinale a alternativa correta.

- A) Trata-se de crime formal.
- B) O tipo não admite a forma culposa.
- C) Trata-se de uma norma penal em branco.
- D) Trata-se de crime próprio em relação ao sujeito ativo.
- E) Tem como objeto material a proteção ao meio ambiente.

PROVA DISCURSIVA**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Escrita Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um estudo de caso/peça técnica.
- Para o estudo de caso/peça técnica da Prova Escrita Discursiva, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e, no máximo, de 40 (quarenta) linhas.
- A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota 0 (zero) na Prova Escrita Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Escrita Discursiva terá o valor de 50 (cinquenta) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Escrita Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA		
Crítérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	20 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	30 pontos
TOTAL DE PONTOS		50 pontos

“Rui Barbosa da Silva ajuizou ação de manutenção de posse em desfavor da TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, com o escopo de impedir supostos atos de turbacão perpetrados por prepostos da ré. Afirmou, na inicial, que exerce, de maneira mansa e pacífica e há mais de 8 anos, a posse do imóvel pertencente à TERRACAP, mas que, no entanto, a ré encaminhou notificação para a desocupação do imóvel, turbando sua posse. Explicou ter feito benfeitorias úteis e necessárias no imóvel e, ao final, requereu a sua manutenção na posse do imóvel e a retenção pelas benfeitorias. Recebida a petição inicial, o juiz indeferiu a manutenção liminar, sendo a TERRACAP, devidamente, citada.”

Como Advogado da TERRACAP indique, de maneira objetiva, a peça, os argumentos e os requerimentos a serem apresentados. Não é necessário que a resposta seja apresentada na forma de peça processual, sendo suficiente a indicação da peça a ser adotada.

ESTUDO DE CASO/PEÇA TÉCNICA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e 01 (uma) Prova Discursiva constituída de 01 (um) estudo de caso/peça técnica. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no *site* **www.consulplan.net**, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas ou o resultado das provas discursivas disporá de **10 (dez) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* **www.consulplan.net**.
- A interposição de recursos deverá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, à **CONSULPLAN**, conforme disposições contidas no *site* **www.consulplan.net**, no *link* correspondente ao Concurso Público.